

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do Governo Central em junho de 2022

1 Introdução

Esta nota apresenta estimativas preliminares da receita total, da despesa e do resultado primário do governo central em junho de 2022, obtidas a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Conforme mostra a tabela 1, nos últimos meses, os dados do Siafi têm propiciado aproximação razoável aos dados oficiais divulgados posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O objetivo desta divulgação é, assim, contribuir para o acompanhamento mais ágil das contas públicas a partir dos dados já disponíveis ao público – com a ressalva de que os dados definitivos somente serão conhecidos quando da divulgação do Resultado do Tesouro Nacional (RTN) pela STN.

Sergio Ferreira

Analista de Planejamento e Orçamento na Diretoria de estudos e políticas macroeconômicas (Dimac) do Ipea

Felipe Martins

Pesquisador do programa de pesquisa para o desenvolvimento nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 13 de julho de 2022.

TABELA 1

Comparação entre os dados do RTN e o Siafi (jan.-maio/2022)

(Em R\$ milhões)

Itens/Período	2022									
	jan		fev		mar		abr		mai	
	RTN	SIAFI	RTN	SIAFI	RTN	SIAFI	RTN	SIAFI	RTN	SIAFI
1-Receita Total	236.339	237.469	165.075	165.291	169.259	169.132	198.517	198.989	172.875	172.594
1.1 - Receita Administrada pela RFB	167.031	165.930	95.508	94.445	108.762	107.634	121.383	121.606	101.983	100.649
1.2 - Incentivos Fiscais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	39.683	41.123	39.743	40.062	41.390	41.463	42.782	42.780	42.042	41.971
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	29.625	30.416	29.824	30.784	19.107	20.035	34.351	34.602	28.849	29.975
2. Transf. por Repartição de Receita	33.204	34.619	48.368	48.793	28.824	32.102	32.447	33.803	50.840	52.447
3. Receita Líquida (1-2)	203.134	202.850	116.707	116.498	140.435	137.030	166.069	165.185	122.035	120.147
4. Despesa Total	126.579	126.475	137.331	137.259	146.703	146.598	137.164	136.509	161.391	160.932
4.1 Benefícios Previdenciários	55.693	55.693	59.062	59.062	61.552	61.553	67.072	67.053	88.996	88.960
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	27.755	27.507	25.147	25.041	25.171	25.204	25.517	25.355	25.175	25.126
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	23.912	23.939	27.863	27.991	31.971	32.262	17.721	17.807	17.948	17.928
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	19.220	19.336	25.259	25.166	28.008	27.579	26.853	26.294	29.273	28.918
5. Resultado Primário	76.555	76.375	-20.624	-20.761	-6.268	-9.568	28.906	28.676	-39.356	-40.784

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

Em termos metodológicos, cabe ressaltar que o RTN é apurado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), considerando a efetiva movimentação dos recursos na Conta Única. O Siafi apresenta o registro contábil da arrecadação (documento de arrecadação) e o registro do pagamento (ordem bancária), conforme execução orçamentária. Vale destacar, ainda, que na apuração do RTN são levados em consideração outros elementos, que são extra-Siafi e irão impactar o resultado apurado no RTN, tais como: superávit dos fundos constitucionais; Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); fabricação de cédulas e moedas; e retornos das operações de concessão de financiamentos que foram considerados como despesa financeira com impacto primário. Esses elementos podem gerar diferenças não desprezíveis entre a estimativa preliminar do resultado primário calculada a partir do Siafi e o resultado final apurado no RTN.

2 Estimativas do Siafi para junho de 2022

Como destacado em notas anteriores desta *Carta de Conjuntura*, o panorama fiscal recente tem sido marcado pelo forte crescimento da arrecadação do governo federal e por resultados primários significativamente acima da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2022. De acordo com dados do Siafi, essa tendência persistiu em junho de 2022.¹ Conforme mostra a tabela 2, a receita total do governo central atingiu R\$ 224 bilhões em junho, tendo crescido, em termos reais, 46,8% quando comparada com o mesmo mês do ano anterior, ao passo que a despesa total registrou queda de cerca de 14,5% na mesma base de comparação. Assim, o resultado primário para junho, com superávit de cerca de R\$ 15 bilhões, representou significativa elevação em relação a junho de 2021, quando havia sido registrado déficit da ordem de R\$ 82,2 bilhões, em valores de junho de 2022. No acumulado do ano até junho, o superávit atingiu R\$ 57,2 bilhões, contra um déficit de R\$ 58,7 bilhões em igual período de 2021.

Ao desagregar a arrecadação, observa-se, em relação a junho de 2021, crescimento real de 24,0% nas receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), 7,4% na arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e 207,0% nas receitas não administradas pela RFB. Com isso, as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais cresceram 14,2%, em termos reais, quando comparadas ao mesmo mês do ano anterior, ao mesmo tempo que a receita líquida do governo central aumentou 54,4%. O resultado do primeiro semestre de 2022, comparativamente com os primeiros seis meses de 2021, revela que tal crescimento não é exclusivo de junho. No semestre, as receitas totais registraram aumento real de 16,3%, enquanto as receitas não administradas pela RFB subiram 55,3% e a receita líquida de transferências cresceu 15,2%.

TABELA 2

Governo central – resultado primário a preços constantes

Itens/Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jun./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-junho (preços constantes, R\$ milhões de jun./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jun./2022)		Taxa de variação (%)
	jun./2021	jun./2022		2021	2022		Até jun./2021	Até jun./2022	
	1-Receita Total	152.553		224.017	46,8		1.024.566	1.191.278	
1.1 - Receita Administrada pela RFB	91.885	113.923	24,0	653.271	724.986	11,0	1.223.998	1.396.363	14,1
1.2 - Incentivos Fiscais	0	0	0,0	-38	0	-100,0	-38	-136	254,2
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	38.146	40.963	7,4	233.248	251.782	7,9	520.828	528.864	1,5
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	22.522	69.131	207,0	138.086	214.510	55,3	240.775	379.753	57,7
2. Transf. Por Repartição de Receita	28.726	32.808	14,2	191.387	231.348	20,9	348.290	431.145	23,8
3. Receita Líquida (1-2)	123.827	191.209	54,4	833.179	959.930	15,2	1.637.272	1.873.697	14,4
4. Despesa Total	206.035	176.102	-14,5	891.866	902.714	1,2	2.085.836	1.797.847	-13,8
4.1 Benefícios Previdenciários	99.842	83.412	-16,5	412.550	423.540	2,7	776.509	797.946	2,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	35.314	25.348	-28,2	179.287	157.470	-12,2	379.749	342.761	-9,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	45.944	25.782	-43,9	177.835	148.484	-16,5	651.059	310.215	-52,4
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	24.935	41.560	66,7	122.194	173.221	41,8	278.519	346.926	24,6
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-82.208	15.107	-118,4	-58.687	57.216	-197,5	-448.564	75.851	-116,9

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por seu turno, a queda da despesa total no mês, relativamente a junho de 2021, é explicada pelas reduções nas despesas previdenciárias (-16,5%), nas despesas com pessoal (-28,2%) e nas demais despesas obrigatórias (-43,9%), que mais do que compensaram a elevação das despesas sujeitas à programação financeira (66,7%). A diminuição da despesa previdenciária pode ser explicada, em grande medida, pelo fato de que a antecipação de parcela do 13º salário em 2021 ocorreu em junho, ao passo que, neste ano, essa antecipação foi paga mais

1. Consulta realizada em 7 de julho de 2022.

cedo. A redução na despesa com pessoal, por sua vez, foi impactada pelo pagamento de sentenças judiciais em junho de 2021. No acumulado do primeiro semestre, a despesa com pessoal apresentou redução real de 12,2% em relação ao mesmo período do ano passado, ao passo que a despesa previdenciária avançou 2,7% e despesa total cresceu 1,2%.

A tabela 3 apresenta um detalhamento adicional das receitas. No que se refere às receitas administradas pela RFB, os destaques de junho foram a arrecadação com contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e o Imposto de Renda, com crescimento real, relativamente a junho de 2021, de 74,7% e 48,3%, respectivamente. Na abertura de receitas não administradas pela RFB, cabe destacar a arrecadação com concessões e permissões e com dividendos e participações, ambas na casa de R\$ 26 bilhões, significativamente acima do registrado em junho do ano passado. Os dados acumulados no ano até junho confirmam uma variação da arrecadação acima do observado no primeiro semestre do ano passado nessas alíneas, com concessões e permissões totalizando R\$ 41 bilhões no acumulado até junho de 2022, contra R\$ 2,1 bilhões em 2021, e dividendos e participações superando os R\$ 45 bilhões, contra R\$ 16,2 bilhões em mesmo período do ano passado. Vale mencionar também que o crescimento real no Imposto de Renda, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da CSLL supera os 20% de aumento real no acumulado do ano, relativamente a 2021.

TABELA 3

Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Itens/Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jun./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-junho (preços constantes, R\$ milhões de jun./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jun./2022)		Taxa de variação (%)
	jun./2021	jun./2022		2021	2022		Até jun./2021	Até jun./2022	
1-Receita Total	152.553	224.017	46,8	1.024.566	1.191.278	16,3	1.985.562	2.304.843	16,1
1.1 - Receita Administrada pela RFB	91.885	113.923	24,0	653.271	724.986	11,0	1.223.998	1.396.363	14,1
1.1.01 Imposto de Importação	5.000	4.290	-14,2	34.804	28.787	-17,3	64.674	62.650	-3,1
1.1.02 IPI	7.086	5.172	-27,0	39.520	32.271	-18,3	80.435	71.681	-10,9
1.1.03 Imposto de Renda	39.479	58.555	48,3	293.557	353.475	20,4	508.580	634.776	24,8
1.1.04 IOF	4.317	4.730	9,6	23.185	29.060	25,3	31.412	60.024	91,1
1.1.05 Cofins	20.792	21.602	3,9	143.604	135.745	-5,5	311.821	296.013	-5,1
1.1.06 PIS/Pasep	6.065	6.638	9,5	40.686	41.054	0,9	87.166	84.612	-2,9
1.1.07 CSLL	6.352	11.097	74,7	64.381	89.387	38,8	108.722	152.264	40,0
1.1.09 CIDE Combustíveis	38	224	483,4	708	1.542	118,0	1.822	2.946	61,7
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.757	1.616	-41,4	12.826	13.666	6,5	29.367	31.397	6,9
1.2 - Incentivos Fiscais	0	0	0,0	-38	0	-100,0	-38	-136	254,2
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	38.146	40.963	7,4	233.248	251.782	7,9	520.828	528.864	1,5
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	22.522	69.131	207,0	138.086	214.510	55,3	240.775	379.753	57,7
1.4.1 Concessões e Permissões	275	26.692	9.613,3	2.130	41.074	1.828,0	10.079	49.634	392,5
1.4.2 Dividendos e Participações	379	26.218	6.811,1	16.157	45.227	179,9	20.226	76.401	277,7
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.519	1.322	-13,0	9.287	8.094	-12,8	20.961	18.635	-11,1
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	5.217	6.354	21,8	45.656	66.453	45,6	78.402	124.943	59,4
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.255	1.472	17,3	8.507	9.847	15,7	16.241	19.769	21,7
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.022	2.149	6,3	12.409	12.824	3,3	25.645	26.943	5,1
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0	0	0,0	0	0	0,0	5	34	607,5
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	11.855	4.923	-58,5	43.939	30.991	-29,5	69.215	63.395	-8,4
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	28.726	32.808	14,2	191.387	231.348	20,9	348.290	431.145	23,8
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	123.827	191.209	54,4	833.179	959.930	15,2	1.637.272	1.873.697	14,4

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; PIS/Pasep – Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Nota: ¹ Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.

Por fim, as despesas são detalhadas na tabela 4. Ao desagregar as outras despesas obrigatórias, fica evidente o impacto dos créditos extraordinários no resultado de junho (redução de 91,4% em relação ao mesmo período de 2021) e no acumulado no primeiro semestre (queda de 73,4%, correspondente a uma diferença na ordem de R\$ 40 bilhões). Em contrapartida, algumas despesas apresentaram aumento, como o pagamento de abono e seguro-desemprego, com crescimento de 34,4% no primeiro semestre comparado ao mesmo período do ano anterior (influenciado pelo ajuste no calendário adotado em 2021); as despesas com complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com alta de 51,2%; e a despesa com subsídios, subvenções e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que cresceu 191,5%. Ainda assim, as outras despesas obrigatórias registraram redução no primeiro semestre na ordem de 16,5%.

TABELA 4
Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Itens/Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jun./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-junho (preços constantes, R\$ milhões de jun./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jun./2022)		Taxa de variação (%)
	jun./2021	jun./2022		2021	2022		Até jun./2021	Até jun./2022	
	4. DESPESA TOTAL	206.035		176.102	-14,5		891.866	902.714	
4.1 Benefícios Previdenciários	99.842	83.412	-16,5	412.550	423.540	2,7	776.509	797.946	2,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	35.314	25.348	-28,2	179.287	157.470	-12,2	379.749	342.761	-9,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	45.944	25.782	-43,9	177.835	148.484	-16,5	651.059	310.215	-52,4
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	3.519	3.934	11,8	33.318	44.772	34,4	63.037	62.802	-0,4
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.573	6.634	0,9	38.333	38.707	1,0	75.476	75.392	-0,1
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	14.194	1.215	-91,4	54.961	14.622	-73,4	363.289	89.197	-75,4
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	706	0	-100,0	4.733	3.171	-33,0	9.393	6.527	-30,5
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	1.311	2.544	94,0	11.186	16.910	51,2	18.219	30.088	65,1
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	983	1.210	23,1	5.356	6.362	18,8	12.772	13.135	2,8
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	372	332	-10,6	3.269	2.037	-37,7	6.891	4.191	-39,2
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	18.298	7.076	-61,3	19.521	8.370	-57,1	21.501	9.806	-54,4
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	127	2.363	1.756,6	3.374	9.835	191,5	2.830	14.759	421,5
4.3.10 Impacto Primário do FIES	-815	0	-100,0	1.147	1.100	-4,1	1.165	-1.510	-229,6
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	675	474	-29,8	2.637	2.598	-1,5	76.487	5.827	-92,4
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	24.935	41.560	66,7	122.194	173.221	41,8	278.519	346.926	24,6
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	12.673	17.622	39,1	78.063	109.604	40,4	162.384	192.017	18,2
4.4.2 Despesas Discricionárias	12.262	23.937	95,2	44.131	63.617	44,2	116.135	154.909	33,4

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Loas/RMV – Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor)
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Diretor Adjunto)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)
Fábio Servo
José Ronaldo de Castro Souza Júnior
Leonardo Mello de Carvalho
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter
Andreza Aparecida Palma
Antônio Carlos Simões Florido
Cristiano da Costa Silva
Felipe Moraes Cornelio
Paulo Mansur Levy
Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão
Caio Rodrigues Gomes Leite
Diego Ferreira
Diego Rosalino Marques
Felipe dos Santos Martins
Izabel Nolau de Souza
Marcelo Lima de Moraes
Pedro Mendes Garcia
Rafael Pastre
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
